

# Um acordo para ser cumprido de fato

*Economia, Brasil*

A aprovação nesta quarta-feira pelo "board" do Fundo Monetário Internacional (FMI) do acordo com o Brasil acabou coincidindo com um dos piores momentos até agora na tramitação parlamentar das medidas ligadas ao ajuste fiscal. As lideranças partidárias que apóiam o governo não conseguiram evitar a rejeição pelo Congresso da Medida Provisória nº 1.720, que previa aumento das contribuições previdenciárias dos servidores em atividade e desconto de um adicional daqueles já aposentados. Estima-se que, com isso, o governo não possa contar com uma receita de R\$ 2,5 bilhões, pelo menos.

Em face disso, as autoridades ainda não decidiram que estratégia adotar, não estando excluída a hipótese de aumento de impostos para compensar a perda de receita e/ou novos cortes de verbas orçamentárias. Há, ainda, a possibilidade de que o governo volte a apresentar proposição semelhante na próxima legislatura, que terá início em fevereiro. Com um novo Congresso, renovado em cerca de 45%, é possível que a MP venha a ser aprovada, prevalecendo a tese de que é inaceitável a desigualdade de tratamento que a Previdência dá aos funcionários públicos e ao restante da população.

A recente posição do Congresso surpreendeu, pois as medidas propostas pelo governo vinham encontrando receptividade pela maioria parlamentar. Constata-se, porém, quanto são tão fortes ainda as pressões corporativas, quando se trata do funcionalismo público. A não aprovação da MP nº

1.720 foi muito mal recebida pelo mercado, que passou a colocar em dúvida a disposição do Congresso de colaborar efetivamente para o ajuste fiscal. A grande prova a esse respeito será a votação em plenário da prorrogação e do aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que deverá ocorrer, provavelmente, na semana que vem. A CPMF, como

**Os sacrifícios serão maiores se o Congresso negar ao governo os meios para o ajuste fiscal**

temos dito, é um tributo indesejável, em cascata, incidindo sobre toda a cadeia produtiva e prejudicando a exportação. Mas, a essa altura, não há alternativa senão aprová-la, com a esperança de

que, na próxima legislatura, o sistema tributário brasileiro possa ser racionalizado com a aprovação de uma reforma abrangente. De uma coisa, não há dúvida: o governo está determinado a cumprir a meta ajustada com o FMI de produzir um superávit primário de 2,6% em 1999, o ano-chave para o êxito do programa de ajuste fiscal até 2001. E, naturalmente, os sacrifícios para a sociedade serão ainda maiores se o Congresso negar ao governo os instrumentos que necessita para levar avante o acordo acertado com o Fundo.

Verifica-se, na realidade, que tão duros quanto as metas fiscais são os objetivos fixados para o desempenho externo da economia no próximo ano.

No Memorando de Política Econômica encaminhado pelas autoridades brasileiras ao Fundo foi previsto um déficit em conta corrente de 3,5% do PIB. Vê-se agora que a meta, embora possa ser apenas indicativa, é mais dura, prevendo-se que a balança comercial deverá apresentar em 1999 um superávit de US\$ 2,8 bilhões (exportações de US\$ 57,6 bilhões e importações de US\$ 54,8 bilhões). O resultado vai depender, é claro, do volume do déficit de serviços e do saldo em Transferências Unilaterais, mas não é arriscado afirmar que um superávit comercial no montante previsto pode permitir um déficit em conta corrente da ordem de 2,7% ou menos.

A questão é como fazer para que as exportações brasileiras possam crescer 7% em um quadro de retração mundial e, além disso, oneradas pelas maiores taxas para obtenção de linhas externas de crédito e pelo aumento da carga tributária interna, principalmente através da CPMF.

Não será também tarefa fácil fazer com que as importações decresçam 8%. Muitas indústrias nacionais são hoje muito mais dependentes do que no início da década da importação de matérias-primas, partes e peças importadas, usadas, por sinal, também em produtos exportados. A não ser, portanto, que haja uma recessão profunda e a exportação não evolua, as importações não cairiam na proporção prevista.

De qualquer forma, tudo irá melhor se o governo acelerar o processo de redução dos juros. ■